



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA

Avaliação Externa das Escolas 2011



Plano de Melhoria

Escola Secundária de Alberto Sampaio

Índice

Introdução	03
Resultados da Avaliação Externa	04
Ações a contemplar no Plano de Melhoria	05
Conclusão	08

Em conformidade com as orientações da Inspeção Geral de Educação, o presente documento destina-se a sistematizar o plano de melhoria a apresentar por esta escola, na sequência da avaliação externa a que esta entidade foi submetida. Por esta via, considera a administração educativa que a avaliação externa das escolas possa ser «um processo útil para o desenvolvimento e a melhoria de cada escola. Para tal, cuidar da sequência é tão importante como investir na preparação e na execução»¹.

Parte-se pois do princípio «que a efetividade da avaliação externa depende muito da apropriação dos resultados e capacidade de iniciativa da parte da instituição avaliada. Sendo uma responsabilidade primeira de cada escola, a definição de uma linha de ação deve ser complementada pela atuação da administração educativa, sob as modalidades de contratualização, de acompanhamento, de apoio, de incentivo ou de intervenção mais incisiva, conforme as situações específicas de cada escola e as opções da tutela»².

A elaboração de um plano de ação prende-se, igualmente, com o cumprimento da sugestão do Conselho Nacional de Educação no sentido de ser «definida a obrigatoriedade de as escolas apresentarem um plano de melhoria na sequência da AEE» (Recomendação n.º 1/2011). Assim, «de um modo seletivo, sintético e pragmático, o plano deve conter a ação que a escola se compromete a realizar nas áreas identificadas na avaliação externa como merecedoras de prioridade no esforço de melhoria».

Tal como ocorre para a construção de todos os documentos estratégicos da escola, o presente plano foi submetido à apreciação dos membros do conselho pedagógico, bem como ao parecer vinculativo do conselho geral. Registe-se ainda que o relatório de avaliação externa foi imediatamente remetido para as diferentes estruturas de orientação educativa e para os agentes envolvidos na referida avaliação para que todos pudessem emitir parecer sobre as ações a registar neste documento, independentemente de integrarem ou não os órgãos decisores.

A possibilidade da escola elaborar com celeridade esta proposta prende-se com os seguintes fatores:

- Natureza das áreas identificadas na avaliação externa como merecedoras de prioridade no esforço de melhoria.
- Existência de uma monitorização permanente a toda a ação educativa da escola, prática essa que já garantiu a reflexão e definição de ações sobre muitas questões, nomeadamente sobre as matérias indicadas pelos avaliadores. Ou seja, o presente documento limita-se a sistematizar uma série de ações que já estão em curso ou estão programadas.
- Possibilidade de submeter ao conselho geral o presente documento dado que já estava agendada reunião deste órgão, sendo apenas necessário antecipar a reunião do conselho pedagógico.
- Possibilidade de colher rapidamente o parecer dos diferentes agentes educativos, dado o recurso a meios de comunicação ágeis e de utilização rotineira por parte da comunidade educativa (correio eletrónico).
- As equipas de trabalho da escola dominam as matérias constantes dos relatórios de avaliação (interna e externa), bem como as reflexões desencadeadas sobre estas matérias na escola e revelam, sistematicamente, uma grande capacidade de trabalho. Dado que as reflexões já tinham sido desencadeadas, atendendo à complexidade das tarefas que quotidianamente coordenam e monitorizam, consideraram mais adequado elaborar desde já o plano de melhoria, em vez de aguardar pela publicação do mesmo no sítio da IGE.

¹ IGE, Orientações para a elaboração do plano de melhoria no quadro da avaliação externa das escolas.

² Idem.

Resultados da Avaliação Externa

A equipa de avaliação realça os seguintes pontos fortes no desempenho da Escola:

A evolução das taxas de transição/conclusão dos cursos científicos-humanísticos do ensino secundário, no último triénio.

A diversificação da oferta educativa e a valorização das aprendizagens, que têm contribuído para o aumento das expectativas dos alunos e das famílias e a diminuição do abandono escolar.

A promoção de diferentes modalidades de apoio educativo, com a finalidade de criar condições de sucesso a todos os alunos.

A valorização das dimensões artística e experimental do currículo com impacto positivo no desenvolvimento do espírito artístico e cultural e na implementação de contextos de aprendizagem mais estimulantes.

A visão e a estratégia que, orientada por metas claras e avaliáveis, capacita a Escola para pensar e reformular o seu futuro

As lideranças fortes e mobilizadoras de uma comunidade educativa profundamente identificada com a Escola

O desenvolvimento de uma cultura de avaliação bem enraizada, concretizada em práticas de autoavaliação consistentes e alargadas, determinante para o estabelecimento de planos de melhoria.

A equipa de avaliação entende que as áreas onde a Escola deve incidir prioritariamente os seus esforços para a melhoria são as seguintes:

As taxas de desistência escolar.

A articulação com os estabelecimentos de proveniência dos alunos, de forma a garantir a sequencialidade das aprendizagens na transição do 9.º ano para o ensino secundário.

A supervisão da prática letiva em sala de aula, a valorizar como estratégia de desenvolvimento e de estímulo à qualidade profissional e científica dos docentes.

Plano de Melhoria

Áreas de melhoria	As taxas de desistência escolar	
Enquadramento atual	<ul style="list-style-type: none"> A legislação em vigor ou, noutras circunstâncias, os programas de gestão de alunos, não permitem identificar com rigor a dimensão deste problema encontrando-se incluído sob a mesma designação a desistência escolar propriamente dita, bem como a transferência para modalidades de formação alternativas, a transferência para escolas do setor particular e cooperativo, entre outras situações; O sistema torna mais célere a decisão de anulação por parte dos interessados e dificulta os procedimentos de transferência que são bem mais complexos (é comum os interessados solicitarem anulação em situação de transferência); Todas as situações anteriores são possíveis dado que não existe um programa nacional de alunos que acompanhe os respetivos percursos e obrigue ao cumprimento da lei todos aqueles que pretendem alterar a sua situação (esse programa existe ao nível da formação de adultos e constitui uma real mais-valia permitindo um conhecimento rigoroso do percurso dos adultos); Atendendo às circunstâncias anteriormente descritas, a ESAS monitoriza individualmente todas as situações de forma a garantir a distinção entre abandono e os diversos tipos de transferências; As situações de abandono são encaminhadas para o Gabinete de apoio ao aluno e família, e quando a mobilização da equipa pedagógica e dos elementos deste gabinete não são suficientes, recorre-se à parceria com as instituições previstas na lei, nomeadamente com as comissões de proteção; Algumas das situações de efetivo abandono, desistência escolar, resultam, de acordo com o acompanhamento realizado pela escola, de uma inadequação dos percursos escolares de ensino secundário para determinados alunos e/ou do fato de alguns desses alunos atingirem este ciclo de ensino sem o domínio de pré-requisitos elementares nas disciplinas nucleares e nomeadamente, ao nível do português e da matemática. 	
Ação proposta	<ul style="list-style-type: none"> Criação de um programa nacional de alunos que garanta a monitorização rigorosa dos percursos dos alunos e permita conhecer a real dimensão destas situações, isolando-as e permitindo o devido tratamento das mesmas; Atendendo a que a ESAS já monitoriza estas situações, considera-se contudo pertinente que se passe a constituir um registo formal, passível de consulta e de análise estatística de forma a fundamentar as futuras decisões. Por outro lado, dar-se-á continuidade às práticas já anteriormente interiorizadas pela escola nesta matéria; Como resposta à inadequação dos percursos formativos de ensino secundário para determinados alunos, a escola preparou uma nova via para o ensino secundário e que responde, exatamente, em nosso entender, a este problema (aguarda-se apenas reunião com o Ex.mo Sr. Ministro da Educação para obter aprovação e colocar no terreno este projeto). 	
Responsáveis	Direção, Estruturas de Orientação Educativa	
Calendário	Ao longo do ano letivo	
Monitorização	Direção, Equipa de Avaliação Interna	
	Observações:	A ESAS tem solicitado ao ME, sistematicamente, a construção de um dispositivo nacional de gestão de alunos e já se ofereceu para contribuir para a sua elaboração, tendo para o efeito iniciado diligências com a UM para levar a cabo esse projeto.

Áreas de melhoria	A articulação com os estabelecimentos de proveniência dos alunos, de forma a garantir a sequencialidade das aprendizagens na transição do 9.º ano para o ensino secundário
Enquadramento atual	<ul style="list-style-type: none"> • A ESAS promove a articulação com instituições do ensino básico, apesar dos alunos serem provenientes dos mais diversos agrupamentos, escolas do ensino público, privado, cooperativo ou ensino especializado; • O aumento da diversidade de proveniência dos alunos desta escola que constitui uma das suas mais-valias, é uma tendência que tem vindo a intensificar-se ao longo dos últimos anos e tem sido considerada como fator determinante para um ambiente educativo propício ao sucesso dos discentes; • No sentido de aprofundar as iniciativas anteriormente registadas, a ESAS encontra-se protocolada com várias instituições, nomeadamente do ensino especializado, de forma a garantir a devida sequencialização pedagógica quando estes ingressam no ensino secundário; • A ESAS desenvolve já uma série de ações com vista à articulação curricular entre ciclos: desenvolvimento de projetos comuns (desporto escolar, plano nacional de leitura, projetos de educação para a saúde, regime articulado da música, entre outros); • A ESAS promove várias iniciativas, ao longo do ano, de forma a garantir um contato permanente com as escolas do ensino básico (aulas abertas, sessões de esclarecimento e de orientação vocacional no ensino básico, entre outros exemplos); • A ESAS integra no seu corpo docente formadores nacionais dos novos programas de disciplinas do ensino básico, nomeadamente da disciplina de português. Assim, é frequente promoverem-se encontros e formações, no quadro das novas orientações nacionais, por iniciativa dos formadores da ESAS e nesta escola.
Ação proposta	<ul style="list-style-type: none"> • Dar continuidade aos projetos de articulação curricular desenvolvidos com os agrupamentos de escola do ensino básico, tanto ao nível de projetos como ao nível da formação entre pares; • Identificação das lacunas de aprendizagem evidenciadas pelos alunos, nas disciplinas de continuidade e, prioritariamente, nas disciplinas de Matemática e Português; • Promover encontros, com caráter mais formal, entre docentes responsáveis pelas estruturas de orientação educativa das disciplinas anteriormente registadas, de forma a trabalhar em conjunto os problemas de articulação curricular diagnosticados e encontrar soluções que otimizem essa articulação em benefício do sucesso educativo dos alunos.
Responsáveis	Direção, Coordenadores de Departamento, Formadores e Supervisores de Provas Nacionais
Calendário	Ao longo do ano letivo
Monitorização	Direção, Equipa de Avaliação Interna

Áreas de melhoria	A supervisão da prática letiva em sala de aula, a valorizar como estratégia de desenvolvimento e de estímulo à qualidade profissional e científica dos docentes.
Enquadramento atual	<ul style="list-style-type: none"> • A escola recorre à supervisão da prática letiva quando deteta a existências de situações anómalas; • A escola já desenvolveu vários projetos que integram situações de supervisão entre pares, sempre que estava prevista a co-docência e sempre que a construção dos horários o permitiam.
Ação proposta	<ul style="list-style-type: none"> • Dar continuidade à prática desenvolvida pela escola neste âmbito, nomeadamente ao recurso à supervisão da prática letiva quando problemas de ordem científica ou disciplinar forem diagnosticados; • Aprofundar as práticas de supervisão acima referidas sempre que se considere adequado e pertinente; • Iniciar a discussão e conceção de um projeto que promova a generalização do recurso à supervisão da prática letiva, nomeadamente, entre pares, só exequível em sede de contrato de autonomia dadas as limitações do enquadramento legal atual (conceção de tempos letivos, tempos de estudo e apoio educativo, construção de horários).
Responsáveis	Direção, Coordenadores de Departamento.
Calendário	Ao longo do ano letivo no que respeita a práticas de continuidade; Aquando da contratualização da autonomia nas matéria de maior complexidade.
Monitorização	Direção, Equipa de Avaliação Interna.

Conclusão

A escola revê-se no relatório produzido pela equipa de avaliadores, pelo que não utilizará o recurso ao contraditório. Regista, igualmente, a adequação, o profissionalismo e a cordialidade da equipa que realizou esta avaliação externa.

Apesar da escola não ter sido contemplada com qualquer menção qualitativa de Excelente, tem consciência que se distingue, em algumas matérias, como exemplo de referência no plano educativo.

Continuaremos na busca contínua de melhores práticas, fazendo da nossa prática diária uma busca incessante da excelência.

2012/02/01

A Diretora

M^a Manuela Ribeiro de Almeida Gomes